

O USO DE ESPAÇOS NÃO FORMAIS NA FORMAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES: EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS

THE USE OF NON-FORMAL SPACES IN TRAINING NEW TEACHERS: EXPERIENCES AND EXPERIENCES

Recebido em: 04/08/2020

Aceito em: 17/08/2020

Felipe da Costa Negrão¹
Érika da Silva Ramos²

Resumo: A educação a cada dia é confirmada como ferramenta para desenvolvimento holístico do ser, por isso, sempre foi estudada em suas delicadezas e metodologias. Neste sentido, uma das práticas exitosas é o uso de espaços não-formais, por isso, neste trabalho retomamos esta questão com acadêmicos de Pedagogia, em Manaus, com o objetivo de discutir os possíveis saberes teóricos e práticos acerca do ensino em espaços não-formais por meio da leitura e análise de produções científicas que contemplem essa linha de discussão, bem como compreensão sobre as situações emergentes de contato com ambientes externos à universidade. O viés do estudo foi fenomenológico em torno de como discentes percebem esta alternativa de ambiente laboral, e, por estarmos trabalhando com impressões e instâncias subjetivas, a abordagem foi qualitativa, ainda que tivéssemos apresentado os dados por meio de percentual. A pesquisa teve cunho descritivo e participaram 24 estudantes, do componente curricular “Educação em Espaços Não-Formais”. Os dados obtidos foram organizados em categorias e apresentados aos próprios acadêmicos e assim, foram debatidos o porquê de tais reincidências, e os resultados estão expostos em tabela, seguido de análise descritiva e reflexiva.

Palavras-chave: Espaços Não Formais; Formação de Professores; Aprendizagem Significativa.

Abstract: Education is confirmed every day as a tool for the holistic development of the human being, this is why it has always been studied in its delicacies and methodologies. In this way, one of the successful practices is the use of non-formal spaces, therefore, in this paper we return to this issue with Pedagogy scholars, in Manaus, with the aim of discussing the possible theoretical and practical knowledge about teaching in non-formal spaces through reading and analysis of scientific productions that contemplate this line of discussion, as well as understanding about the emerging situations of contact with environments outside the university. The study's bias was phenomenological around how students perceive this alternative work environment, and, because we are working with subjective impressions and instances, the approach was qualitative, even though we had presented the data by means of a percentage. The research was descriptive and 24 students participated in the curricular component “Education in Non-Formal Spaces”. The data obtained were organized into categories and presented to the academics themselves and, therefore, the reason for such recurrences was debated, and the results are shown in a table, followed by a descriptive and reflective analysis.

Keyword: Non-formal spaces; Teacher training; Meaningful Learning.

¹ Mestre em Educação em Ciências (UEA); Professor do Departamento de Métodos e Técnicas do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: felipe.unl@hotmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em Educação Especial (UMINHO). Professora do Curso de Dança da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: profa.erika.ramos@gmail.com

INTRODUÇÃO

A organização curricular dos cursos de formação de professores permite que o graduando adquira conhecimentos, competências e habilidades sobre o universo educacional, vislumbrando possibilidades de atuação em ambientes escolares e não escolares. Nesse sentido, o curso de Pedagogia abriga conteúdos relacionados aos métodos e técnicas de ensino, fundamentos da educação, planejamento e gestão, inclusão e diversidade, dentre outros.

No entanto, a formação do pedagogo prevê intervenções que possibilitem que o acadêmico compreenda os aspectos teóricos da sua área, mas que também consiga desenvolver trabalhos e ações efetivas no âmbito social e extraclasse. Nesse ponto, destacamos a inserção do componente curricular “Educação em Espaços Não-Formais” no curso de Pedagogia de uma universidade privada de Manaus (AM).

Este componente contempla conteúdos vinculados ao ensino em ambientes para além da sala de aula, tais como museus, centros de ciência, bosques, parques e praças. O objetivo é que o aluno constitua saberes teóricos e práticos acerca do ensino em espaços não-formais por meio da leitura e análise de produções científicas que contemplem essa linha de discussão, além de vivenciarem situações práticas de contato com ambientes externos à universidade.

Sendo assim, o artigo encontra-se dividido em seções que abordam a diferença dos conceitos de educação formal, informal e não-formal, para posteriormente, introduzir nossas perspectivas acerca do uso dos espaços não formais no ensino superior, seguidos dos resultados oriundos dos questionários respondidos pelos colaboradores dessa pesquisa.

EDUCAÇÃO FORMAL, NÃO-FORMAL E INFORMAL

Antes de explanar sobre o uso de lugares externos das dependências da universidade para se obter experiências salutaras na aprendizagem, e a fim de não ficar dúvidas sobre o que seria o “não-formal” apontado neste estudo, ressaltaremos primeiramente os conceitos de “educação formal, educação não-formal e educação informal” para em seguida distinguir o uso do “espaço não formal” para o ensino.

A “Educação Formal” propriamente dita e a mais conhecida, é a primeira respaldada nos tramites legais. Podemos acompanhar registros sobre os auspícios dela desde a Constituição Federal, em 1988, em que houve indicação da modalidade formal, como um direito de todos no Brasil, outorgando que a população desde então tenha acesso aos espaços educativos em que se propõe o ensino formal.

A lei que classificou a distribuição e nivelamento da educação formal é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que aponta a Educação Básica (composta por Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio), além desta classificação explícita a distinção de modalidades especiais (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e a Educação Profissionalizante), ainda na LDB, há a indicação da Educação Superior, logo, cursos de graduações.

Conforme Gohn (2006) este tipo de educação formal implica em um investimento de tempo, local adequado, presença de pessoal especializado, ordenação de currículo, sistematização sequencial das atividades, regulamentos, metodologias congruentes e tramitações sérias que prospectem medidas responsáveis entre ensino e aprendizagem.

Isto posto é simples identificar que é o tipo de educação ocorridas nas escolas públicas ou particulares e nas universidades, com todas as suas normas de séries/níveis, unidades letivas, semestres, ordenação de faixa etária, formações pedagógicas, entre outras características, que associadas representam as instituições de ensino “tradicionais” com seus elementos construtores/ participantes (docentes, alunos, conhecimento científico).

A “Educação Não-formal” é compreendida como um combinado de processos educativos e ações diversificadas que ocorrem em espaços próprios, (nem sempre são escolas) com o foco na formação ou instrução de alunos sem a obrigatoriedade de obtenção de certificados próprios do sistema educativo formal. Para Ghanem e Trilla (2008) a escola é uma instituição histórica, muito valiosa, mas que se constitui em uma de suas formas de gerenciamento de ensino, e isso não faz dela o lugar exclusivo para que ocorram experiências eficazes de aprendizagem.

Tal formato de educação é mais recentemente documentado que a educação formal, e de fato, e de um modo bem simplista é apontada como aquela que acontece “fora dos muros da escola ou universidade”. Realmente a educação não-formal se difere da educação formal no que tange a estrutura, do tipo de reconhecimento e habilidades que proporciona, mas acima de tudo o não-formal é um rico fenômeno de aprendizagem social, equilibrado no formando, através de práxis que têm espaço fora do sistema de ensino formal e sendo, em muitos casos, complementar deste, todavia, não menos importante.

É comum que muitas instituições do âmbito não-formal destaquem-se sobretudo por trabalho comunitário, oriundo de organizações não-governamentais, mas nem sempre estará no

setor do serviço voluntário, pois existem excelentes instituições que ofertam educação em várias áreas do conhecimento mas que são privadas.

Diferentemente do delineado da educação formal, a não-formal pode variar em caráter de tempo e estrutura espacial, em número de participantes, em equipes de formação, em objetivos de aprendizagem, entretanto, é essencial frisar que o fato de não ter um currículo fechado e regido pela LDB, por exemplo, não significa que deixe a desejar no que se propõe, afinal, cada instituição de educação não-formal possui objetivos educacionais, com formatos avaliativos.

E a “Educação Informal” de um modo bem generalista podemos explicitar como a espontaneidade de como aprendemos, a partir do ambiente e experiências (vezes programadas, vezes não). O que vem através das pessoas com quem nos relacionamos, das músicas ou notícias ouvidas, dos livros científicos ou paradidáticos lidos, dos filmes, das cenas observadas ou vividas, dos contos dos mais velhos, enfim daquilo que é informal, mas captado.

A educação informal pode resultar de uma intencionalidade em relação ao seu potencial de aprendizagem ou não ter sido intencionada e simplesmente aconteceu. De algum modo este tipo de educação perpassa diretamente ao processo de sociabilização dos sujeitos, os quais desde que nascem já estão expostos a gama de fenômenos repetitivos de educação informal.

Esclarecidos os três tipos de educação “formal”, “não-formal” e “informal” agora sim, adentramos ao que fora proposto pelo tema desta partilha: o uso de espaços não-formais na formação de novos professores, que neste cenário em específico trata-se da educação formal, oriunda do seio de universidade.

O TAL ESPAÇO NÃO-FORMAL NA EDUCAÇÃO FORMAL DE NÍVEL SUPERIOR

Ao averiguarmos os informes que a LDB traz sobre a Educação Superior, encontramos a preconização de que ela tem de ocorrer em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização, e, no capítulo IV, que no Art. 43 tem-se explanada sua finalidade com alguns atributos, dos quais citamos os incisos III e VIII:

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

VIII – atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 2014).

Desta instância no intuito de incentivar o trabalho de pesquisa e estimular o desenvolvimento de acadêmicos sobre o entendimento do meio em que vive e de como pode ser um profissional da educação mais argumentado, é que faz-se importante que os mesmos possam sair das unidades acadêmicas e terem acesso aos espaços alternativos para aprendizagem.

Quando tratamos de espaços alternativos, não quer dizer que sejam quaisquer lugares ou ainda improvisados, e sim, o que pode ser usado com um propósito educativo, ou seja, um “espaço não-formal”. Cabe mencionar que no item anterior diferenciamos os tipos de educação “formal”, “não-formal” e “informal” exatamente para que neste tópico não haja confusão sobre o “espaço não-formal”. É necessário entender que os tipos de educação e formatos de espaços podem sempre fazer inter cruzamentos, e isto não descategoriza um ou outro, devem, porém, ser organizados em seu procedimento metodológico e objetivo.

Destarte, no trabalho em questão conduzimos uma educação formal, graduandos do curso de Pedagogia, a apreenderem o conteúdo proposto no ementário, porém não somente nas salas e ambientes internos da faculdade, mas também nos espaços exteriores.

Por espaço não-formal entende-se, à luz de pesquisas coordenadas por Jacobucci (2008) tentando explicitar conceitos de espaços não-formais de educação, consideramos:

Duas categorias podem ser sugeridas: locais que são Instituições e locais que não são Instituições. Na categoria Instituições, podem ser incluídos os espaços que são regulamentados e que possuem equipe técnica responsável pelas atividades executadas, sendo o caso dos Museus, Centros de Ciências, Parques Ecológicos, Parques Zoológicos, Jardins Botânicos, Planetários, Institutos de Pesquisa, Aquários, Zoológicos, dentre outros. Já os ambientes naturais ou urbanos que não dispõem de estruturação institucional, mas onde é possível adotar práticas educativas, englobam a categoria Não-Instituições. Nessa categoria podem ser incluídos teatro, parque, casa, rua, praça, terreno, cinema, praia, caverna, rio, lagoa, campo de futebol, dentre outros inúmeros espaços (p. 56-57).

Entendemos que o uso de espaços não-formais pode ser encarado como uma oportunidade de interação de conhecimentos científicos/artísticos/culturais com objetos concretos ou abstratos, porém, palpáveis. As aulas em espaços não-formais favorecem a observação e a problematização dos fenômenos de uma forma mais concreta (CUNHA, 2009)

Por este motivo é que seu emprego na universidade, é bastante desejável, pois ali estarão os novos professores, que uma vez iniciados em visitas e aulas em espaços não-formais terão recursos vívidos sobre dificuldades e ganhos deste processo. Marandino (2005) aduz que é

fundamental que a universidade estabeleça uma relação de parceria com esses espaços, no intuito de construir, desenvolver, realizar e avaliar essas iniciativas.

Concordamos com os autores citados, mas deixamos explicado que não temos a intenção de romantizar as atividades externas, acreditamos que embora vários dos locais exemplificados sejam chamativos, consideramos que sair de sala de aula e executar aulas em espaços distintos, requer uma série de burocracias, que envolvem parceria com o local externo, providências quanto ao seguro de vida dos alunos, ajustes na logística de transportes, adaptações de horários de acordo com a disponibilidade do lugar a ser visitado, responsabilidade coletiva para preservação da área escolhida, entre outros pormenores que se não forem considerados, podem ocasionar problemas no percurso.

Logo, repensados e prevenidos alguns fatores intercorrentes, toda e qualquer iniciativa para promoção do contato com universitários com a aprendizagem por espaço não-formal é válida, cabendo aos docentes serem responsivos nos plano de ação e discentes parceiros na causa, haja vista que todos são adultos e estão envolvidos no mesmo propósito: formação superior de qualidade.

METODOLOGIA

A condução metodológica deste estudo pautou-se no olhar fenomenológico em torno do ato de usar espaços não-formais, e como os discentes percebem esta alternativa de sair do ambiente físico da universidade. Destarte, por estarmos trabalhando com impressões, opiniões de instâncias subjetivas, optamos por uma abordagem qualitativa, ainda que tivéssemos apresentado os dados por meio de percentual.

A pesquisa teve cunho descritivo, ancorada em Fonseca (2010, p. 69) que afirma que “a característica da pesquisa descritiva é a técnica padronizada da coleta de dados, realizada através de questionários e da observação sistemática”.

Participaram 24 estudantes, regularmente matriculados no quinto período do curso citado, que deram seu consentimento através do documento Termo de consentimento e Livre Esclarecido (TCLE). O momento para debater a temática com os envolvidos deu-se no componente curricular “Educação em Espaços Não Formais” no curso de Pedagogia, de uma universidade privada na cidade de Manaus (AM). Os instrumentos para coleta de dados foram questionários e rodas de discussões após a aplicação dos primeiros.

Os dados obtidos foram organizados em categorias e apresentados o próprios acadêmicos posteriormente, e assim, foram debatidos o porquê de tais reincidências de respostas, logo, os resultados estão expostos em tabela, seguido de análise descritiva e reflexiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão dos itens expressos na Tabela 1 respeita a ordem em que estes estão dispostos. As reflexões a partir dos indicadores do questionário estão pautadas em experiências vivenciadas no decorrer do componente curricular, além do respaldo de autores que reforçam os impactos gerados por práticas em espaços não-formais.

TABELA 1 - RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CURSANTES DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS

ITEM	Concordo Totalmente	Concordo	Sem Opinião	Discordo Totalmente	Discordo
Considero a disciplina “Educação em Espaços Não Formais” essencial a formação do pedagogo.	100%	-	-	-	-
Acredito que os espaços não formais podem ser úteis para o desenvolvimento de aulas de todos os componentes curriculares da educação básica.	87%	13%	-	-	-
Me considero apto para o planejamento e desenvolvimento de sequências didáticas que envolvam o uso de espaços não formais.	42%	54%	4%	-	-
O conhecimento científico é desenvolvido a partir de conhecimentos e saberes prévios, além de vivências em espaços educativos não formais.	83%	13%	4%	-	-
O ensino vai além de aulas prontas e repetições de conhecimentos científicos. Acredito que ambientes como, praças, jardins, zoológicos, museus, bosques, dentre outros, podem contribuir como laboratórios de aprendizagem.	100%	-	-	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

A primeira assertiva alcançou totalidade entre as opiniões dos respondentes e versa sobre a essencialidade da disciplina “Educação em Espaços Não-Formais” no âmbito do curso de Pedagogia. Sobre isso, retomamos o conteúdo expresso nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso supracitado em que trata a atuação do pedagogo em ambientes escolares e não-escolares como uma competência profissional.

O trabalho pedagógico para além da sala de aula é uma prática que traz novas aprendizagens, gerando ganhos cognitivos ao propor relações significativas entre os conteúdos curriculares e a vida cotidiana. A disciplina foi incluída no ano de 2018 na matriz curricular do curso, sendo ofertada pela primeira vez no primeiro semestre de 2019 com a carga horária de 40 horas/aula.

A inserção do componente Espaços Não-Formais no currículo do pedagogo viabiliza o trabalho transversal e interdisciplinar, pois conecta conteúdos disciplinares às relações subjetivas vivenciadas por cada indivíduo nesses ambientes.

Sobre a adesão desta matéria nos cursos de formação de professores, Negrão e Morhy (2019, p. 246) afirmam que:

A formação do pedagogo, principalmente no setor privado, é carente de discussões científicas acerca do uso de espaços não-formais. Esse comportamento acentua a dificuldade que os acadêmicos encontram para reconhecer as potencialidades dos espaços externos à sala de aula. É fundamental entender que esses ambientes propiciam o desenvolvimento de competências e habilidades do docente e do aluno, pois enriquecem as descobertas, possibilitam a investigação e são verdadeiros laboratórios-vivos.

A experiência na condução de tal vivência oportunizou discussões sobre o conceito de espaço formal e não-formal, enfatizando o papel do pedagogo na condução de uma aprendizagem significativa em ambientes não escolares. O componente curricular também apresentou formas de trabalho vinculadas a todos os componentes da Educação Básica, visto que há muitos estudos que vinculam essa prática somente ao ensino de ciências.

O uso de espaços não-formais no ensino de outras matérias além de ciências é alvo de nosso estudos nos últimos anos, dado que reiteramos a viabilidade do docente planejar e executar aulas práticas sobre conteúdos de matemática (NEGRÃO; MORHY; AMORIM NETO; FACHÍN-TERÁN, 2016), educação física (NEGRÃO; RAMOS; SOUZA, 2016), geografia (NEGRÃO; REIS, 2017) e língua portuguesa (NEGRÃO, 2018). Nesse sentido, nossas pesquisas ancoram-se na literatura sobre espaços não formais, mas sobretudo no

mapeamento de bosques, parques, museus e centros de ciência da cidade de Manaus que abrigam potenciais pedagógicos para um ensino holístico e mais próximo a realidade do educando.

O alto índice de opiniões concordantes na segunda assertiva reflete na organização didático-pedagógica do componente curricular que permitiu a visita a muitos espaços não formais locais com o objetivo de traçar um planejamento de aulas diversas, oportunizando que o pedagogo transcenda suas concepções de ensino, metodologias e avaliação.

Além do mapeamento de possibilidades pedagógicas, os estudantes apresentaram pontos positivos e negativos do ambiente, a fim de gerar discussão em sala de aula, munidos de argumentos compatíveis à crítica. Essa ação permite que o educador em formação se preocupe com a escolha do espaço não-formal em que pretende desenvolver uma aula prática, tendo em vista todas as especificidades daquele ambiente, que incluem aspectos vinculados à infraestrutura, acessibilidade, preço, ausência ou presença de guias/monitores, dentre outros (NEGRÃO; MORHY, 2019, p. 250).

A visita a esses espaços para fins de planejamento pedagógico desperta o sentimento de pertença no futuro professor, propiciando também o seu enriquecimento do capital cultural, visto que muitos nunca tinham ido a esses lugares, reforçando que “o reconhecimento dos potenciais pedagógicos em espaços fora da sala de aula é o primeiro passo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas diferenciadas” (NEGRÃO e MORHY, 2019, p. 252).

A terceira assertiva versa sobre a capacidade de planejar e desenvolver sequências didáticas em espaços não-formais, de modo que os respondentes manteram um bom índice de concordâncias, embora os resultados estejam equilibrados entre as duas opções.

As sequências didáticas são ações intencionais, organizadas e elaboradas pelo professor com o objetivo de reforçar, explorar e dinamizar os conhecimentos de seus alunos dentro e/ou fora da sala de aula (NEGRÃO, 2018). No contexto da experiência de estudo, propusemos que os acadêmicos montassem uma sequência didática que atendessem a uma matéria específica em um espaço não-formal. O desafio dos estudantes era buscar potencialidades e conteúdos que pudessem ser efetivados naquele ambiente a fim de propor uma aprendizagem significativa.

As sequências didáticas são ótimas opções para avaliar o conhecimento didático-pedagógico do aluno de pedagogia, tendo em vista que a função docente exige o planejamento dos mais diversos tipos de aula, seja através de planos, projetos ou sequências didáticas. Logo, é importante que durante o curso de formação os alunos

sejam preparados para a produção desse tipo de atividade (NEGRÃO e MORHY, 2019, p. 255).

As sequências didáticas construídas pelos acadêmicos revelaram o despreparo para o planejamento de ações sequenciais, principalmente no que se refere aos aspectos metodológicos e avaliativos. Apesar de vivenciarem situações semelhantes no decorrer do curso, os participantes da pesquisa ainda carecem de maturação para apontar atividades e práticas que sejam significativas no espaços não-formal, visto que muitas propostas metodológicas sugeridas nos planos, poderiam ser realizadas no espaço da própria escola, por exemplo.

A quarta assertiva referencia a presença de conhecimento científico nas atividades em espaços não-formais. Esse item deve ser reafirmado aos alunos, pois as ações nesses lugares não podem ser confundidas, por exemplo, com aulas-passeio. A intencionalidade pedagógica deve sobrepor qualquer ideia que limite os potenciais do ambiente a mera visitação. Com essa fala, não anulamos a eficiência das aulas-passeio, contudo, no cenário atual em que é cada vez mais difícil sairmos com as crianças para ambientes externos, é primordial que docentes executem planos e sequências didáticas que permitam o alcance de aprendizagens significativas. Sendo assim, o conhecimento científico é a gênese da elaboração de uma aula nesses moldes, pois exige do professor uma pesquisa e visita prévia ao espaço, a fim de elencar conteúdos e temas que podem ser abordados durante o campo.

E por fim, o último item reforça a ideia dos espaços não-formais enquanto laboratórios de aprendizagens que superam a concepção de aulas engessadas, tradicionais e ancoradas em padrões mnemônicos. Nessa assertiva também temos um resultado expressivo de concordantes, evidenciando o êxito do componente curricular exposto, uma vez que amplia as possibilidade de trabalho docente, permitindo que o educador em formação compreenda seu papel social frente as diversas demandas da educação.

A disciplina de Educação em espaços não-formais emerge num contexto de reestruturação curricular dos cursos de Pedagogia, na tentativa de aproximar a formação do professor da realidade educacional contemporânea. Nesse viés, a valorização dos espaços para além da sala de aula geram impactos positivos ao ensino dos componentes curriculares da educação básica, tendo em vista a necessidade de aproximar o conteúdo dos livros didáticos com as vivências diárias dos indivíduos, possibilitando a construção do conhecimento a partir do palpável, da realidade que é construída socialmente por aspectos econômicos, culturais, políticos e ambientais (NEGRÃO e MORHY, 2020, p. 255).

Sendo assim, os resultados obtidos por meio dos questionários contribuem na consolidação da matriz do curso de Pedagogia, reforçando o discurso do colegiado que aprovou sua inclusão na matriz curricular. A pesquisa também revela o comprometimento de apresentar um currículo que atenda aos requisitos dispostos nas DCN, mas que também traduza os saberes oriundos dos espaços não-formais em ações e práticas que possibilitem ao alcance da aprendizagem significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “Educação em Espaços Não-Formais” inserida no curso de Pedagogia endossa o discurso de que ambientes externos à sala de aula podem ser palco para experiências exitosas de ensino contextualizado, dinâmico e significativo. Para isso, é fundamental que o componente em voga não fundamente-se apenas na articulação teórica que tal vertente está ancorada, mas que viabilize que os graduandos saiam da universidade e explorem outros ambientes a fim de vislumbrarem os potenciais pedagógicos presentes em bosques, museus, centros de ciência e demais cenários que encantam por sua beleza, requinte e histórico cultural.

Os resultados emitidos através desta pesquisa mostram o êxito da inserção da vivência em ambiente externo no contexto de um curso que forma novos professores, responsáveis por transformarem a educação básica em uma educação de qualidade e mais próxima ao estudante, reverberando saberes adquiridos ainda na graduação por meio de aulas e experiências, mas principalmente, pelo exemplo.

Por fim, defendemos que “Educação em Espaços Não-Formais” é uma conquista no cenário de formação de professores, visto que explora novos ambientes em prol de um processo de ensino e aprendizagem que valoriza a aplicabilidade dos conteúdos, a cultura local e a dinâmica relação entre professor-aluno-natureza-cidade-sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. nº 13. 10. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996.

_____. **Constituição.** República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CUNHA, Ana Maria de Oliveira. Ensino de Ecologia em espaços não formais. In: **III CLAE e IXCEB**, 10 a 17 de setembro de 2009. Anais... São Lourenço, MG, 2009.

FONSECA, Luiz Almir Menezes. **Metodologia científica ao alcance de todos**. Manaus: Editora Valer, 2010.

GHANEM, Elie.; TRILLA, Jaume. **Educação formal e não-formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **EM EXTENSÃO**, Uberlândia, v. 7, 2008.

NEGRÃO, Felipe da Costa. O ensino de língua portuguesa em espaços não formais: sequências didáticas e a cultura amazônica na educação infantil. In: SOUSA, Ivan Vale de. (Org.). **Sequências Didáticas no Ensino de Línguas: Experiências, Reflexões e Propostas**. Jundiá: Paco Editorial, 2018. p. 105-118.

NEGRÃO, Felipe da Costa.; MORHY, Priscila Eduarda Dessimoni.; AMORIM NETO, Alcides de Castro.; FACHÍN-TERAN, Augusto. Possibilidades para o ensino e aprendizagem da matemática no Bosque da Ciência (INPA). In: **6º SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA**, 2016, Manaus. Anais... Manaus: UEA Edições, 2016. p. 01-10.

NEGRÃO, Felipe da Costa.; MORHY, Priscila Eduarda Dessimoni. A inserção da disciplina de educação em espaços não formais no curso de pedagogia. **REAMEC**, v. 7, p. 1-16, 2019.

NEGRÃO, Felipe da Costa.; RAMOS, Érika da Silva.; SOUZA, Agda Monteiro. Transversalidade na educação psicomotora: desenvolvendo a docência em espaços não formais. In: **III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**, 2016, Natal. Anais... Natal: Realize Eventos e Editora, 2016. p. 01-10.

NEGRÃO, Felipe da Costa.; REIS, Andreza Rayane Holanda. A cultura amazônica e o ensino de geografia no Centro Histórico de Manaus (AM). In: **I CONGRESSO NORTE NORDESTE DE EDUCAÇÃO**, 2017, Fortaleza. Anais... Campina Grande: Editora Realize, 2017. p. 147-159.

MARANDINO, Martha. Educação em Museus de História Natural: Possibilidades e Desafios de um Programa de Pesquisa. **Enseñanza de las Ciencias**, Número Extra, 2005.